

Infopoder e Políticas da Ciência. O Sistema de Avaliação da Produção Científica e Tecnológica no Brasil

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.66.8>

André Lemos

Laboratório de Pesquisa em Mídia Digital, Redes e Espaço, Faculdade de Comunicação,
Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-9291-6494>
alemos@ufba.br

Resumo

O objetivo desse artigo é reforçar a ideia pragmática de que somos formatados pelos dados e que os mesmos devem ser objeto de debates políticos para a definição de ações na área científica. Para essa discussão, o texto adota o conceito de “infopoder” (Koopman, 2019). Sem dados somos invisíveis, com os dados, somos produzidos. É nesse dilema que se torna necessário encontrar uma forma de falar bem do problema dos índices de qualificação de revistas, livros e eventos, dos julgamentos por pares, das taxas exigidas de produtividade e dos baremas estabelecidos para as avaliações de instituições de ensino e pesquisa. Discute-se a questão em meio a pandemia da COVID-19 e a atual situação brasileira de enfraquecimento de sistemas consolidados de avaliação, bem como no movimento de desestruturação das atividades de pesquisa científica e tecnológica no país.

Palavras-chave

avaliação, Brasil, ciência, poder

Introdução¹

No Brasil, a pandemia revelou a precariedade do nosso trabalho enquanto professores e pesquisadores (conectividade deficiente, restrições de acesso a equipamentos, inexistência de boas ferramentas pedagógicas adaptadas, entre outros fatores). O vírus, como constructo social (Lemos, 2021b), revelou vários problemas (diferentes a depender do país), sendo que no Brasil ficou evidente a fragilidade das infraestruturas de conexão, de habitação, a ausência de políticas públicas sérias para essas áreas de forma emergencial, entre outros fatores.

As aulas nas universidades públicas, federais, foram mantidas de forma remota e o trabalho de pesquisa (conjunto de atividades tais como orientação de mestrandos e doutorando, produção de artigos, elaboração de relatórios, reuniões de pesquisa...), bem como o acolhimento de demandas para palestras e conferências, divulgação científica e atividades administrativas não diminuíram. Os critérios de avaliação e os índices continuam a valer, com pouca margem de flexibilidade devido à pandemia. Embora esteja em uma universidade federal (Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil), que preza pelo conhecimento universal, público, gratuito e de qualidade, e que teve muito cuidado com a saúde dos membros de sua comunidade durante a pandemia, muitos adoeceram de males do corpo e do espírito.

Hoje, no Brasil e no mundo, há uma enorme pressão para que as universidades se adaptem aos princípios do neoliberalismo, transformando o conhecimento em uma mercadoria que deve, para ser valorizada, servir para algo, “entregar resultados”, criar “diferenciais competitivos”, expressões da economia neoliberal muito comuns hoje em dia. Como alertam Cornelius-Bell e Piper Bell (2021):

a promessa do ensino superior como uma instituição de aprendizagem, compartilhamento de conhecimento e democratização realizada brevemente nas décadas de 1970 e 1980, após a dramática convulsão social e movimentos de poder estudantil da década de 1960, são apenas um lampejo no panorama histórico quando as universidades desistem da democracia em favor da competição de mercado, desregulamentação, fusões e aumento de taxas. A universidade

1 Palestra proferida na Universidade do Minho no evento “Políticas de Ciência e da Língua. Publicação Científica e os Rankings Académicos”, Braga, Portugal, em 15 de dezembro de 2021 (nota dos editores: as informações deste artigo referem-se ao período do evento em Braga, tendo sido atualizadas apenas algumas referências temporais).

sofre em uma era em que os alunos são vistos singularmente como consumidores, valorizados por seu valor de uso de mercado (Brown 2015) (...). O ensino superior em todo o mundo está em um estado sombrio. Ataques sucessivos às estruturas de governança corporativa, gerencialismo neoliberal, racionalismo econômico e perseguição métrica deixaram o setor universitário em ruínas. A pandemia global COVID-19 acelerou a exploração e os danos do setor universitário para estudantes e trabalhadores e, enquanto continuar a afetar a natureza do trabalho, os danos continuarão. (p. 6)

No governo brasileiro, neoliberal e de extrema-direita, que vigorou até 2022, as ações eram realizadas com o intuito de desacreditar a ciência, a cultura, a importância do cuidado à natureza e a necessidade do respeito à dignidade humana. No que se refere à educação, a visão era de que a universidade pública, gratuita e de qualidade, é um estorvo. Houve um corte de 92% dos recursos alocados nas universidades públicas, colocando estas instituições em patamares orçamentários do início do século (Cafardo, 2022). Ministros e membros daquele governo chamaram professores, pesquisadores e alunos de vagabundos e tentaram destruir os processos de avaliação da pós-graduação, como vou mostrar mais adiante.

A educação, mesmo em governos progressistas, nunca foi uma prioridade no Brasil. As condições materiais das nossas universidades sempre foram precárias e o investimento nelas sempre foi minguado, com situações melhores ou piores a depender do governo da época. Aprendemos a viver na precariedade e fazendo “gambiarra” (esse jeitinho de lidar com as dificuldades, típico da cultura brasileira) para desempenhar o nosso papel. Mas, agora, a questão é mais grave, pois além de cortes drásticos no orçamento, sufocando economicamente o ensino, a pesquisa e o desenvolvimento da pesquisa, houve abertamente uma postura ideológica de negação da ciência e do ensino superior, concretizados em ataques constantes aos princípios mais caros da formação humanística e do desenvolvimento da ciência. E se não bastasse o ataque interno, a ciência brasileira luta por um lugar ao sol na ciência mundial. É preciso urgentemente pensar e implementar projetos que pensem o desenvolvimento da ciência com diplomacia, em meio a um sul global desacreditado e a um norte global ainda mais forte².

2 Ver, por exemplo, a revista *Online Media and Global Communication* (de Gruyter, s.d.), patrocinada pelo Centro de Pesquisa de Opinião Pública Global da China e pela Escola de Jornalismo e Comunicação da Universidade de Estudos Internacionais de Xangai. Ela valoriza outras línguas e paga os autores que forem publicados. Não há taxas para os autores e cada artigo aceito receberá uma recompensa de US\$ 200 no primeiro ano. O acesso é livre e aberto. A revista tem como foco principal os países do chamado “Sul Global”. O corpo editorial da revista inclui um grande número de pesquisadores de países que, hoje, ocupam um lugar periférico no cenário da pesquisa global.

No entanto, com toda a adversidade, mais de 90% da pesquisa científica e tecnológica feita no país se faz nas universidades públicas federais (Moura, 2019). Resta saber até quando.

Na minha área, a cultura digital, a pressão para “entregar resultados” foi muito bem analisada por Richard Grusin (2014) em uma conferência na qual ele denuncia o perigo do neoliberalismo em universidades americanas com o surgimento das “humanidades digitais”. O catedrático americano discute este novo e importante campo do saber, que tem tanto a oferecer ao conhecimento sobre a sociedade e a cultura contemporâneas, chamando a atenção para o fato de que ele pode se transformar em um inimigo das humanidades, investindo contra aquilo que Agamben (2008/2009) chamou de pensamento “inatual”, contra a reflexão não quantitativa, interessada e mesmo dirigida ao mercado. Nas palavras de Grusin (2014):

os humanistas digitais deveriam parar (como muitos já fizeram) de fazer distinções invejosas entre crítica e produção, entre o trabalho acadêmico buscado para seus próprios fins e o trabalho acadêmico que é instrumental para outros fins. Essas distinções alimentam as crenças dos administradores e legisladores estaduais de que as humanidades não promovem o que consideram ser o objetivo principal (se não o único financiável) de uma educação universitária - treinar alunos para empregos existentes atualmente (ou para os futuros). (...) É crucial para as humanidades preservar a oportunidade de estudantes e acadêmicos trabalharem devagar, em particular e independentemente das pressões da mídia socialmente conectada para atualizar constantemente os outros sobre o que alguém acabou de escrever ou pensar - se não por outra razão que não a ênfase inquestionável na colaboração, abertura e compartilhamento... (p. 89)

Infopoder

A atual cultura digital marca todas as áreas da atividade social, principalmente a partir da formatação (coleta, organização, análises, transmissão e performances) de dados. A área acadêmica não está livre desse processo. No caso do trabalho científico, os pesquisadores são avaliados, ranqueados, valorizados cada vez mais com base em dados quantitativos (majoritariamente) e qualitativos de produtividade e de performances estruturados em índices, conceitos, métricas... Portanto, em uma cultura de *big data* e de alta performance algorítmica com sistemas de inteligência artificial, precisamos colocar em questão o poder formatador desses dados, pois ele desempenha um papel constituinte e produtor da sociedade de uma forma ampla, e no

nosso campo específico da produção e da divulgação científica, em particular. Somos avaliados de acordo com a formatação dos dados quantitativos da nossa produção.

Atualmente, a performance pragmática dos dados é tão importante e tão espalhada na sociedade que foi, como um sintoma, escolhida como tema central para a prova de redação do exame nacional do ensino médio (um dos principais exames de acesso à universidade no Brasil) em 2021: “Invisibilidade e Registro Civil: Garantia de Acesso à Cidadania no Brasil”. Os dados performam a cidadania, nos constituem e sem eles não temos visibilidade, e de forma pragmática, existência. Um brasileiro sem um registro geral e um cadastro de pessoa física, ambos documentos de identificação pessoal básica, não consegue, por exemplo, se matricular numa escola, ter acesso a benefícios sociais do governo (como o auxílio emergencial durante a pandemia), ou acessar ao sistema público de saúde. Um “indocumentado”, sem ser produzido por dados, não é, conseqüentemente, um cidadão. Em matéria do jornal espanhol *El País* (Oliveira, 2020), pessoas sem documentos, que são invisíveis sem um número a elas associado, falam de si mesmas como “não pessoas”.

O mesmo acontece com a ameaça, por falta de recursos e de vontade política do governo atual, de realização do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que pode fazer com que o Brasil “desapareça”, pragmaticamente, impedindo ações de políticas públicas concretas para o presente e o futuro. Afirmando a sua importância, o Supremo Tribunal Federal brasileiro obrigou o governo a realizar o censo de 2021 (Teófilo, 2021). Ele, certamente, não é apenas um instrumento de contagem, mas de classificação, balizador de políticas públicas por parte de instituições públicas e privadas no país. A formatação pelos dados é um, certamente, dispositivo informacional biopolítico que produz de forma performativa um cidadão e uma sociedade. Os sem papel, ou um país sem dados, perdem mecanismos concretos e efetivos de atestar a sua realidade.

Não somos os dados, mas sem eles não existimos. Essa constituição cidadã se aplica também ao campo científico. Como tratar dessa questão, sem succumbir a uma visão simplória e essencialista por um lado (“não somos os dados”) ou integrada do outro (“somos os dados”)? Temos aqui duas questões interessantes para o nosso debate: os dados nos formatam, nos dão existência e, ao mesmo tempo, nos reduzem. Portanto, adotar uma posição essencialista (“não somos os dados”) ou determinista e integrada (“somos os dados”) não ajuda a entender o problema das métricas e avaliações na ciência. O dilema é que sem dados somos invisíveis mas, com os dados,

somos produzidos, formatados. É necessário, portanto, encontrar uma forma de falar bem do nosso problema dos índices, taxas de produtividade e barras de avaliações na academia sem sucumbir em um dos dois polos, ou seja, discutir politicamente a formatação sem cair no essencialismo ou no determinismo.

Por uma perspectiva pragmática, somos o que fazemos. No entanto, nem relação (o que fazemos com os outros e os objetos), nem substância (o que somos de forma autônoma) dão conta da complexidade e não esgotam nem objeto, nem sujeito. Ambos não são totalizáveis em suas dimensões material, física, biológica, psíquica, neurológica... Nesse sentido, embora a pessoa seja muito mais do que suas relações, elas não existem sem estas. O mesmo podemos dizer em relação aos dados. Eles não nos esgotam, mas sem eles não existimos politicamente (Cheney-Lippold, 2017; Harman, 2011; Koopman, 2019).

É isso que propõe Colin Koopman (2019) com a discussão do infopoder (*info-power*). Sua tese é que não são os dados que são pessoais, mas a pessoa que é produzida a partir deles criando uma “pessoa informada”! O importante, sustenta Koopman, é reconhecer o infopoder sem cair em perspectivas essencialistas a fim de politizar (discutir princípios, formatos, fazer correções, chegar a acordos sobre dados – tipos, quantidades, formas de análises, etc.). Negar que somos construídos baseia-se numa postura alienada e superficial de defesa de uma substância, de que algo construído (social, cultural, discursivamente) é falso ou ilegítimo (Latour, 2013). A questão é sair dessa polarização para discutir a construção do infopoder. Hoje, os dados nos formatam de tal maneira, que passamos mesmo a acreditar que somos o que encontramos nessas categorias, gerando assim um efeito performativo de verdade muito eficaz e estruturante. Consequentemente, ser construído pelos dados gera potências e negatividades, pois essas formatações são sempre parciais, enviesadas e vão performar um futuro ideal.

Para Koopman (2019), o infopoder é exercido através de uma multiplicidade de formatos que moldam, restringem e preparam tudo o que é coletado, armazenado, processado, refinado, recuperado e redistribuído como informação. Para o autor americano, a sua gênese se dá na década de 1920 nos Estados Unidos. O que vivemos hoje, com o que chamei de “dataficação do mundo” (Lemos, 2021a), não é uma novidade, pois fruto da expansão histórica do infopoder. Esse poder dos dados e de suas formatações é uma questão importante a ser levada em consideração pela comunicação política e, certamente, no nosso debate sobre métricas de avaliação da ciência. Sobre os algoritmos, por exemplo, afirma Koopman (2019):

a importância dos algoritmos pode ser recente apenas se os separarmos dos conjuntos de dados mais amplos colocados em operação. Olhando mais amplamente, no entanto, podemos reconhecer que os algoritmos têm ajudado a formatar a nós mesmos (e muito mais) por quase um século. Como tal, não é uma suposta expansão recente na implantação ou na capacidade algorítmica que merece nossa atenção crítica, mas sim a disposição há muito arraigada que nos preparou bem para nos considerarmos sujeitos de algoritmos. (p. 87)

A formatação, portanto, não sendo nem nova nem neutra, possui cada vez mais uma dinâmica própria e particularidades na materialidade dos seus processos. O argumento central de Koopman – e que gostaria de tensionar no nosso debate aqui – é que estamos despreparados para pensar esse infopoder sem cair, por um lado, no essencialismo ou, por outro, no determinismo. Devemos sempre perguntar: como a informação é formada? Por quais instrumentos? Em que situações? Por quem ou por quais instituições? Com qual justificativa? Com que frequência? O que essa formatação produz materialmente e discursivamente a curto, médio e longo prazos? Quais as vantagens e desvantagens dessa formatação?

Vejam por exemplo o *curriculum vitae* (CV; trajetória de vida). Ora, um CV nunca retrata a complexidade, e com total fidedignidade, a trajetória de vida de quem quer que seja. Ele registra, em ordem cronológica, dados e feitos comprovados de uma pessoa. Mas, como sabemos, um dado é sempre uma forma específica de leitura do mundo, de transformação de uma grandeza em outra operacionalizável. Consequentemente, ele nunca é “bruto”, como insiste uma certa visão burocrática e quantitativa do mundo (Kitchin, 2014). Os dados são sempre maneiras de tradução do mundo, propondo leituras específicas, e esse “texto”, esse “algoritmo”, transforma-se em uma escrita performativa (como enunciados performativos; Austin, 1975) que, para funcionar, precisa sempre de reduzir a complexidade da realidade social. O CV formata, portanto, a nossa “trajetória de vida” e é tão performativo que às vezes achamos mesmo que essa é a totalidade da nossa vida. Não é. Mas é também parte dela!

No Brasil, a plataforma de *curricula Lattes* (do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)³ é de uso compulsório para profissionais da educação no país. Ele formata o que se pretende construir como história de vida dos cientistas brasileiros, sendo solicitado em todas

3 <https://lattes.cnpq.br>

as formas de interação com o sistema acadêmico nacional (participação em concursos públicos, solicitações de bolsas e recursos para projetos de pesquisas, participação em bancas de mestrado e/ou doutorado, financiamento em infraestrutura...). Ele minimiza, por exemplo, registros qualitativos (que, reconhecemos, é difícil avaliar), gerando indicadores baseados na produtividade, registrando de forma quantitativa os diversos feitos (cursos, disciplinas, cargos, artigos, livros, palestras, projetos de pesquisa, prêmios...), formatando a avaliação dos programas, das faculdades e, na ponta, da Universidade e da ciência brasileira envolvida como um todo.

O CV Lattes é uma excelente ferramenta de busca que, com inteligência, nos permitiria vincular pesquisadores, pesquisas, áreas de conhecimento, temas atuais para buscas cruzadas e inteligentes de temas, regiões, instituições, veículos de publicação, eventos, alocação de recursos para pesquisas, bolsas... No entanto, os dados não são formatados para esse fim e o cruzamento de informações não é oferecido de forma automatizada ao acessar a plataforma. Portanto, ele está reduzido a ser apenas um operador limitado do infopoder, caracterizando-se como instrumento de domesticação da produção científica, servindo de forma bastante superficial a comunidade acadêmica nacional e internacional, como comprovação e registro de atividades pré-selecionadas. Deve-se abdicar desses dados? Certamente que não, mas precisamos estar atentos à sua dinâmica de formatação do que somos como pesquisadores e do que é o reconhecimento daquilo que deve ser valorizado como trabalho de destaque na educação e no desenvolvimento científico. O que se invisibiliza se subtrai, e o que se torna visível se sobressai. A formatação deve ser, portanto, objeto de uma ação de política pública (muitas vezes invisível, feita nos bastidores, sem discussão), pois define o que se pode ou não fazer, o que se deve ou não estimular, determinando tipos de avaliação, construindo o perfil do cientista e da ciência e, por fim, a aplicação de orçamentos para a área, ou seja, a sua valorização pública.

A Avaliação da Ciência no Brasil

O infopoder é hoje instrumento de uma modernidade neoliberal que institui eficiência, índices, produtividade e valores de mercado como operadores importantes no direcionamento dos interesses da ciência, da pesquisa e do ensino. A formatação desse infopoder precisa ser questionada. É fundamental manter publicações na língua nativa, frear o produtivismo sem qualidade, não ficar refém dos rankings, evitar compactuar com revistas pagas para a divulgação científica, entre outros. Mas a questão é complicada e deve ser analisada em toda a sua complexidade.

Por exemplo, escrevi em 2020 um tuite que compartilhava um ranking das universidades brasileiras no mundo. As universidades federais se destacavam. A minha tinha subido na classificação, no Brasil e na América Latina. Postei algo como: “olha aí, os vagabundos das universidades federais!”, fazendo referência a uma declaração do então ministro da educação do atual governo. Um colega, professor na Inglaterra, retuitou dizendo: “bullshit”. Repliquei que índices são usados sempre politicamente e que agora não era *bullshit*, pois estávamos sob ataque do governo federal. De forma situada e pragmática, esses índices nos ajudavam no enfrentamento em uma guerra de narrativas importante. Naquele momento, servia para contrapor o discurso de desmoralização das universidades sustentado pelo governo e pelo Ministério da Educação. Mas, certamente, entendi a crítica do meu colega aos índices e às formas como são produzidos, afirmando que não podemos ser reduzidos a eles.

Assim sendo, a questão de índices e de avaliação de produtividade é complexa e deve ser sempre situada. Eles devem ser os mesmos para todas as áreas? Em todos os países? Para pesquisadores em começo ou em fim de carreira? Para minorias? Para quem recebe ou não recebe *grant* de pesquisa? O que dizer da revisão por pares? Ela deveria buscar o diálogo e a interlocução visando a melhoria do artigo e o seu enquadramento ao perfil da publicação mas, muitas vezes, ela serve como instrumento de imposição de um ponto de vista. Sabemos que há preconceitos de nacionalidades e de idioma, pois mesmo um texto sendo escrito em inglês (língua universal da ciência hoje), por exemplo, pode-se perceber se o autor é ou não nativo e isso cria enviesamentos na análise. Além disso, há vieses de base teórica, ideológica, estilística... Em tese, a revisão é neutra, mas de fato não é (imposições de temas, de pensamento, de língua, de nacionalidades...). Alternativas como revisão coletiva estão sendo discutidas hoje. E nas humanidades essa neutralidade é ainda mais dificilmente alcançada. Entretanto, isso não significa que devemos abolir a sua busca.

Há também o problema da mercantilização do conhecimento com eventos com taxas exorbitantes e pagamento para acesso e publicação de artigos científicos, produzidos em muitos casos, com verbas públicas. Envia-se o resultado de pesquisas (em forma de artigos, ensaios, resenhas...) de graça, ou pagando para ser publicado. É o caso da editora Elsevier (dados de 2020; Vaiano, 2020), a maior editora de literatura científica do planeta, que lucrou US\$ 1.000.000.000 sobre um faturamento de US\$ 2.700.000.000, como uma margem de lucro de 36,7%, maior que a do Google (26,5%), por exemplo. No Brasil, o governo assina os principais periódicos do mundo, disponíveis

no portal de periódicos Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES; orçamento de R\$ 431.397.058,00 – 61.000.000 € em 2021). Adota-se modelos abertos no Brasil: todas as principais revistas da área de comunicação, por exemplo, são abertas e gratuitas.

A mercantilização da publicação é alimentada pela necessidade de sermos produtivos. É preciso divulgar as pesquisas, já que a produtividade é medida por esses dados. Mas esse é um problema de difícil solução. Revela-se aqui, claramente, o problema da quantidade *versus* qualidade. Somos compelidos a publicar o tempo todo para sermos bem avaliados, o que gera muito stress e perda de qualidade. Além de publicar muito, as pesquisas devem ser citadas, pois os índices que avaliam o impacto da pesquisa são medidos pelo número de citações de um artigo. Há, por consequência, muito artigo e pouca representatividade (já que muitos são produzidos e poucos têm alto índice de impacto). Isso força citação induzida de colegas, ou do próprio pesquisador para melhorá-los. No entanto, avaliar a ciência – para dar conta à sociedade do nosso trabalho – sem usar números não é tarefa fácil. O qualitativo é uma armadilha. Como contestar aquele que diz que publica pouco, mas com mais qualidade, sem apelar para índices *h* ou *i10*?

O termômetro desse quadro é o sistema de avaliação. Ele deve existir, pois certamente elevam o padrão de qualidade da ciência em todas as áreas. Mas, formas de avaliação devem ser adotadas com ampla discussão das instituições e dos cientistas para garantir um acordo mínimo sobre a formatação dos dados, ou seja, o infopoder. A universalidade de modelos, adotado sem discussão ou soberania, é um dispositivo totalitário.

No Brasil, consegue-se equilibrar (ou conseguia-se até recentemente), equalizar, de forma democrática e participativa, desejos governamentais, institucionais e dos cientistas na constituição do processo de avaliação da graduação e da pós-graduação. O Brasil tem hoje um robusto sistema de avaliação, instituído pela CAPES⁴, do Ministério da Educação do Brasil, criada em 1950, que gera notas (índices) de 2 a 75. Na década de 1970, a agência assumiu o papel de reconhecer, acompanhar e avaliar os programas de mestrado e de doutorado do país a partir de comitês em diferentes áreas do conhecimento. Hoje são 4.000 cursos de pós-graduação no país.

4 <https://www.gov.br/capes/pt-br>

5 Cursos com nota acima de 3 são recomendados. Na área de comunicação, temos apenas três cursos nota 6 (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal de Minas Gerais) e um nota 7 (Universidade Federal do Rio de Janeiro; <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/listaPrograma.jsf>)

O sistema de avaliação foi construído a partir de debates entre os pares de determinada área do conhecimento. Estes decidem, com certo grau de autonomia (há alguns indicadores que são “impostos” pelos comitês superiores das áreas do conhecimento), as formas, os índices e os critérios de avaliação do seu campo. Os critérios de avaliação não são, portanto, fruto de burocratas, mas sim de autorregulação dos cientistas. A avaliação é quadrienal buscando avaliar: produtividade pela mediana da área; internacionalização e indução em outros estados; qualidade das revistas científicas – Qualis^{6,7} (Ministério da Educação, 2019)⁸; qualidade dos Livros – Qualis⁹; o tempo de defesa médio de dissertações e teses; a inserção social do programa; a coerência de linhas de pesquisa e área de concentração; os projetos de pesquisa; as disciplinas, a relação com a graduação, entre outros. O sistema criado atribui nota ao desempenho dos programas que vai vincular a distribuição de recursos para infraestruturas e para concessão de bolsas de pesquisa. Os indicadores, claro, são recorrentemente tema de debate (nos corredores das universidades, nas associações científicas, nas representações de área junto à agência...), mas não a existência deles, ou dos sistemas avaliativos. De modo geral, eles são muito bem vistos pela área científica como um todo.

Hoje, esse sistema está ameaçado, como todas as áreas sensíveis do país. O ciclo de avaliação de 2017 a 2020 foi paralisado em setembro de 2021, tendo terminado apenas no final de 2022. Até ao final de 2021, pelo menos 80 pesquisadores (das áreas de química, física, matemática) pediram desligamento da agência, alegando falta de compromisso da mesma com a avaliação

6 Destaco alguns elementos de avaliação: Conselho Editorial com afiliação institucional diversificada de seus membros e abrangência regional, nacional e internacional; descrição e transparência do processo editorial: política de detecção de plágio, critérios de avaliação, avaliação às cegas por pares, obediência a normas técnicas editoriais – Associação Brasileira de Normas Técnicas ou equivalente –, taxa anual de submissão e rejeição, processo de revisão, declaração de direitos autorais, formas de acesso, com ênfase no acesso aberto; presença em indexadores, que devem estar indicados na página inicial da revista; periodicidade regular e atualizada (seriada, contínua, *ahead of print*, etc.), com ênfase na publicação contínua; a endogenia deve ser evitada; resumo em língua portuguesa e em, pelo menos, uma língua estrangeira, seguido de palavras-chave; estímulo à submissão e publicação de artigos em língua inglesa; identificação dos artigos por Identificador de Objeto Digital (DOI). O sistema Qualis Periódicos avalia as revistas científicas inseridas pelos Programas de Pós-graduação ao longo do período de avaliação, nesse caso 2017 e 2018.

7 O Brasil proporciona aos seus pesquisadores acesso aos principais periódicos do mundo (Periódicos CAPES, s.d.).

8 <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

9 A avaliação dos livros e coletâneas dar-se-á obedecendo uma escala de 0 a 100 (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, s.d.). Identificado o estrato, cada modalidade (livro integral, organização de coletâneas, capítulos e verbetes) corresponderá a pontuações diferenciadas.

quadrienal; questionamento jurídico de métodos adotados há anos e que pode gerar processo de cursos que obtiveram notas ruins na avaliação; pressão para aprovação de novos cursos de pós-graduação (especialmente a distância), entre outros. Houve pelo menos 70% de redução de verbas da agência no governo de Bolsonaro! É unânime a necessidade de avaliação e de rigor na aprovação de cursos. No governo que vigorou até ao final de 2022, houve a queda da liminar que impedia judicialmente a continuidade da avaliação. Em 10 de novembro de 2021, os coordenadores de área da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior assinaram uma carta denunciando este estado de coisas. Eles afirmam:

procuramos salientar a importância de se defender o mérito acadêmico da Avaliação Quadrienal. Nossa posição, que aqui reiteramos, é que devemos buscar todos os meios para que a Avaliação do período 2017 – 2020 seja concluída nos moldes em que vinha sendo realizada. (...) No entanto, em audiência pública anterior na Câmara dos Deputados, não houve uma manifestação coincidente a este respeito da própria CAPES. (Júnior et al., 2021, para. 2)

Causa-nos preocupação o fato de que a avaliação continua paralisada e pode não haver coincidência entre mandatos de coordenadores e o final da Avaliação. Esta carta representa antes de tudo nosso comprometimento com o trabalho que nos foi confiado pela CAPES e pela comunidade acadêmico-científica do Brasil. (Júnior et al., 2021, para. 5)

Conclusão

É fundamental reconhecer, para escapar do essencialismo ou do determinismo, a ação do *infopower* como processo de formatação de dados que pragmaticamente nos constituem e, assim sendo, devem ser politizados. É imperativo, no campo das ciências, como em qualquer outro da sociedade contemporânea, sempre perguntar quem gera, formata, analisa, administra e utiliza nossos dados pessoais. É preciso, certamente, relativizar índices e métricas, mas estes devem ser criados e mantidos dentro de um projeto de soberania.

Na ciência, nossa língua é o conhecimento, a emancipação do espírito, a cooperação entre os povos, a formação de pessoas, de conceitos, de problemas que nos ajudem a criar uma sociedade melhor para o comum. Nesse sentido, nossa “trajetória de vida” ou nossa performance como cientistas não pode ser reduzida, linearmente, aos dados coletados sem uma discussão sobre

essa coleta. Certamente, não podemos também existir sem eles. O importante é entender as dinâmicas do infopoder nesse campo para exercermos com autonomia crítica um papel ativo na construção de rankings, índices e políticas de avaliação. Portanto, a atenção deve ser dada para não sucumbir, nem à subserviência dos números, nem à perspectiva essencialista.

Referências

Agamben, G. (2009). *O que é contemporâneo e outros ensaios* (V. N. Honesco, Trad.). Argos. (Trabalho original publicado em 2008)

Austin, J. L. (1975). *How to do things with words*. Clarendon Press.

Cafardo, R. (2022, 13 de fevereiro). *Orçamentos para investir em educação e ciência voltam a níveis dos anos 2000*. UoL. <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/02/13/orcamentos-para-investir-em-educacao-e-ciencia-voltam-a-niveis-dos-anos-2000.htm>

Cheney-Lippold, J. (2017). *We are data: Algorithms and the making of our digital selves*. New York University Press.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (s.d.). *Ficha de avaliação de livros*. https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/FICHA_LIVROS_COMUNICACAO_INFORMACAO.pdf

Cornelius-Bell, A., & Bell, P. (2021). The academic precariat post-COVID-19. *Fast Capitalism*, 18(1). <https://doi.org/10.32855/fcapital.202101.001>

de Gryter. (s.d.). Online Media and Global Communication. <https://www.degruyter.com/journal/key/omgc/html?lang=en>

Grusin, R. (2014). The dark side of digital humanities: Dispatches from two recent MLA conventions. *Differences*, 25(1), 79–92. <https://doi.org/10.1215/10407391-2420009>

Harman, G. (2011). *The quadruple object*. Zero Books.

Júnior, F., Sommer, R., Saa, A., Varassin, I., Hemerly, A., Maraschin, M., Collares, T., Cunha, P., Zorzo, A., Maldonado, J., Olivares, F., Almeida, J., Naval, L., Schmitt, J., Menck, C., Balbino, V., Foguel, D., Mineo, J., Parada, C., ... Moraes, C. (2021, 10 de novembro). *Carta aberta dos coordenadores de área da CAPES*. Academia Brasileira de Ciências. <http://www.abc.org.br/2021/11/10/carta-aberta-dos-coordenadores-de-area-da-capes/>

Kitchin, R. (2014). *The data revolution: Big data, open data, data infrastructures & their consequences*. SAGE Publications.

Koopman, C. (2019). *How we became our data: A genealogy of the informational person*. University of Chicago Press. <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226626611.001.0001>

Latour, B. (2013). *An inquiry into modes of existence: An anthropology of the moderns*. Harvard University Press.

Lemos, A. (2021a). Dataficação da vida. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 21(2), 193–202. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.39638>

Lemos, A. (2021b). *A tecnologia é um vírus: Pandemia e cultura digital*. Editora Sulina.

Ministério da Educação. (2019). *Relatório do Qualis periódicos*. <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/relatorio-qualis-comunicacao-informacao-pdf>

Moura, M. (2019, 7 de maio). *Universidades públicas realizam mais de 95% da ciência no Brasil*. Unifesp. <https://www.unifesp.br/noticias-antiores/item/3799-universidades-publicas-realizam-mais-de-95-da-ciencia-no-brasil>

Oliveira, J. (2020, 4 de fevereiro). “Quando morre um de nós é o mesmo que morrer um cachorro”. *El País*. <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-04/o-ribeirinho-ameacado-de-morte-que-tenta-salvar-a-amazonia.html>

Periódicos CAPES. (s.d.). *Acesso CAFe*. <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezL.periodicos.capes.gov.br/index.php/acesso-cafe.html>

Teófilo, S. (2021, 28 de abril). Ministro do STF determina que governo tome medidas para fazer o Censo 2021. *Correio Braziliense*. <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/04/4920842-ministro-do-stf-determina-que-governo-tome-medidas-para-fazer-o-censo-2021.html>

Vaiano, B. (2020, 22 de maio). Como a indústria dos artigos científicos trava o avanço da ciência. *Super Interessante*. <https://super.abril.com.br/ciencia/a-maquina-que-trava-a-ciencia/?fbclid=IwAR3ILP8v-F72jamWl4HNjQ6hJHH4oPmG4UJU7vRU2Lk4CACmehXWkFVX33w>